

NOTAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO PROLETARIADO EM CLASSE

*Jussara Marques de Macedo*¹

RESUMO

A partir de revisão bibliográfica de Marx, Engels e Gramsci, o artigo aborda a constituição do proletariado em classe na sociedade capitalista. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, o artigo apresenta a tese de que as condições para a constituição do proletariado em classe na contemporaneidade estão colocadas em decorrência do aumento da produtividade do trabalho e da complexificação da política. Cabe, portanto, à direção do movimento dos trabalhadores capitalizar tais condições em favor de seus interesses.

PALAVRAS-CHAVE: Luta de classes. Capitalismo. Burguesia. Proletariado.

SOME NOTES ON THE CONSTITUTION OF THE PROLETARIAT IN CLASS

ABSTRACT

This article is about the formation of the proletariat in class in the capitalist society, based on Marx, Engels and Gramsci's bibliographical review. Still, based on the theoretical-methodological presuppositions of the historical materialism, this article presents the following thesis: the conditions for the formation of the proletariat into a class nowadays are presented here, resulting from labor's productivity increases and from the diversification of public politics. It behooves, therefore, to the working class leadership search for such conditions in behalf of its member's interests.

KEYWORDS: Class conflict. Capitalism. Bourgeoisie. Proletariat.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos uma reflexão sobre as possibilidades de constituição do proletariado em classe. Para isso, fez-se necessária uma retomada da leitura de Marx, Engels, Gramsci e outros autores contemporâneos como Neves, por exemplo. Nossa intenção foi a de apontar as reais possibilidades de tomada do poder por parte da classe trabalhadora, com vistas à constituição de uma nova sociedade, a partir da perspectiva da classe dominada, rompendo, dessa forma, com a hegemonia burguesa.

Em um primeiro momento, analisamos o desenvolvimento da sociedade capitalista, segundo a contribuição de Marx e Engels, tomando como referência o **Manifesto**. Com base nesses teóricos, apontamos as reais possibilidades de organização da classe trabalhadora. Nossa tese central é a de que o desenvolvimento do capitalismo exige a qualificação dos trabalhadores, o que abre possibilidades concretas para sua organização em classe. Em seguida, tomando como referência a contribuição de Gramsci, desenvolvemos o conceito de hegemonia e o papel da formação do trabalhador como elemento fundamental para a ruptura do senso comum e a elevação do bom senso, com vistas à constituição de novos dirigentes, para uma nova sociedade. Por fim, apresentamos a categoria do “binômio industrialismo/democracia”, capaz de fornecer elementos teóricos significativos para nossa compreensão das condições de constituição do proletariado em classe na contemporaneidade.

REVISITANDO O MANIFESTO

É no **Manifesto Comunista**, de Marx e Engels, publicado pela primeira vez em Londres, no ano de 1848, que encontramos as referências originais do processo de desenvolvimento do proletariado, ou seja, da constituição do proleta-

riado em classe. Para esses autores, a constituição do proletariado em classe tem sido a consequência do próprio desenvolvimento da maquinaria e da supremacia da burguesia. O **Manifesto** nos mostra que o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria fortalece a classe burguesa e, como consequência, promove o desenvolvimento do proletariado, o que representa, de certa forma, a ruína do artesanato e da pequena burguesia tradicional.

Procuraremos aqui, resgatar os aspectos apontados por Marx e Engels acerca desse processo. Nosso principal objetivo é demonstrar como no **Manifesto** Marx e Engels concebem o desenvolvimento da supremacia burguesa e a constituição do proletariado em classe, não como um fenômeno social do campo das forças produtivas apenas, mas também do campo das relações de poder, confirmando uma das premissas fundamentais do pensamento histórico dialético: a unidade entre a economia e a política.

Ao abordar o processo revolucionário promovido pela burguesia, Marx e Engels (1994, p. 18) nos indica que, se por um lado, naquele contexto, não mais cabia o trabalho artesanal, caracterizado pela atividade manual do homem, que buscava no trabalho doméstico os meios para sua sobrevivência, trabalho este que se confundia com o trabalho cotidiano e que buscava atender à necessidade doméstica, sem grandes investimentos, por outro, não cabia também a manufatura que, caracterizada pela introdução da máquina, eliminava o trabalho doméstico, pois este se processava na oficina, buscando não atender apenas à necessidade de uma pessoa, mas sim, de uma corporação.

Embora tenha alterado o modo de produção, a sociedade burguesa moderna que surge com o fim da sociedade feudal, não aboliu as diferenças de classes que existiram em todo o mundo desde as sociedades mais antigas. Ao contrário disso, essa burguesia moderna acabou

por consolidar mais ainda a diferença de classe, passando a sociedade a dividir-se cada vez mais em duas classes opostas e bem visíveis, a saber: a da burguesia e a do proletariado (MARX; ENGELS, 1994, p. 18).

O descobrimento de novos continentes, o avanço da ciência, a negociação por meio da troca de mercadorias contribuíram, enormemente, para o surgimento da burguesia moderna. Desta forma, a antiga organização feudal já não podia satisfazer às necessidades, que aumentavam com a abertura de novos mercados. Com a procura cada vez maior de mercadorias, a própria manufatura tornou-se insuficiente, sendo substituída pela produção industrial, o que levou ao surgimento de verdadeiros exércitos industriais gerenciados pelos burgueses modernos.

Com o crescimento da indústria, cresce também o mercado que se expande em nível mundial, o que faz acelerar mais ainda os meios de comunicação, as novas técnicas na área da navegação, as vias férreas e, conseqüentemente, o crescimento do comércio nunca visto em tempos outrora. Porém, isto não foi condição para que sucumbisse a divisão de classes presente na sociedade. Pelo contrário, enquanto crescia a burguesia e seus capitais, crescia com mais vigor ainda a exploração da classe subalterna, que vivia em condições cada vez mais precárias. Todavia, podemos afirmar que a burguesia desempenhou um papel fundamental na história e este pode ser considerado revolucionário. Inclusive, no entendimento de Marx e Engels,

[...] a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais e indílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais” ela os despedaçou sem piedade, só para deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duas exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do

entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade do comércio. Em uma palavra, em lugar de exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica e brutal (MARX; ENGELS, 1994, p. 19).

Esta nova forma de organização da sociedade, da produção e da comercialização das mercadorias fez com que a classe proletária vivesse em condições de completa subordinação. Mas, a existência e manutenção da burguesia só foram possíveis pelo fato de a burguesia revolucionar os instrumentos de produção, as relações de produção e todas as relações sociais. Para isso, utilizou-se de toda a tecnologia proposta pela ciência. Assim, “tudo o que é sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profano, e os homens são obrigados finalmente a encarar com seriedade suas condições de existência e suas relações recíprocas” (MARX; ENGELS, 1994, p. 20).

É justamente esse o momento mais propício para a classe proletária construir a consciência de que é uma classe diferente da burguesia, justamente por sua própria condição de existência e subalternidade, pois, estão postas, no novo modo de produção capitalista, as condições necessárias para o proletariado se organizar enquanto força social autônoma, colocando-se como força dirigente.

AS POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO

Esta nova forma de produção está relacionada diretamente à utilização da máquina, que vai cada vez mais eliminar maior quantidade

de força física, barateando e desqualificando o trabalho do operário. Dessa forma, o trabalho realizado por este operário é visto como uma mercadoria sujeita a flutuações do mercado, o que vai gerar um mal-estar entre os trabalhadores, levando-os à concorrência entre si. A máquina, de certa forma, dispensa a força física, desqualifica e barateia o trabalho do operário, o que possibilita a introdução de mulheres e crianças na indústria, proporcionando, assim, o enriquecimento cada vez maior da classe burguesa. A indústria, na visão de Marx e Engels, passa a ser determinada pelo movimento das máquinas. Desta forma, afirmam os autores:

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoados na fábrica, são organizados militarmente. Como soldados da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também diariamente, a cada hora, escravos da máquina, do capataz e, sobretudo do dono da fábrica. E esse despotismo é tanto mais mesquinho, odioso e exasperador, quanto maior é a fraqueza com que proclama ter no lucro seu objetivo exclusivo (MARX; ENGELS, 1994, p. 23).

Com esta nova organização do trabalho, o proletário estava cada vez mais organizado geograficamente, a maior proximidade com os seus pares era inevitável e, assim também era a luta por interesses comuns. A luta por melhores salários, por exemplo, fazia crescer a unidade e a organização do proletariado. Por outro lado, porém, como lembra Boito Jr. (1998, p. 118-119), a nova forma de concorrência entre os proletários inaugurada pelo desenvolvimento da maquinaria retardava consideravelmente a constituição do proletariado em classe.

Contraditoriamente, a constante guerra da burguesia para manter-se no poder, favorecia, sobremaneira, as formas de desenvolvimento do proletariado. Marx e Engels (1994, p. 24-25) citam como exemplo a luta que a burguesia travava “contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros”. Não devemos considerar que os intelectuais pertencentes à classe burguesa, tendo compreendido o processo de evolução histórica em seu conjunto, passariam para o lado dos proletários. É o novo modo de produção capitalista que possibilita, pela primeira vez na história, a participação do proletariado na luta política, estando este em condições de “hegemonizar” um processo revolucionário. Ou seja, as contradições presentes no seio das classes dominantes pôde facilitar a constituição do proletariado em classe ou, ainda, a obtenção de reformas dentro do próprio sistema capitalista.

A respeito das sugestões propostas por Marx e Engels no **Manifesto Comunista**, Boito Jr. salienta que

[...] não apenas o proletariado, criado pelo desenvolvimento do capitalismo, pode fazer, desde que as condições o permitam, a revolução, como também a revolução, isto é, a crise revolucionária, pode fazer o proletariado; ou seja, pode ensejar sua constituição em classe com um programa político próprio (BOITO JR., 1998, p. 121).

Assim, o movimento socialista, para se fortalecer, não deve ocorrer somente no interior das fábricas, mas junto às demais lutas sociais progressistas, como as lutas democráticas, camponesas e de libertação nacional, como sugere Marx e Engels no **Manifesto** (MARX; ENGELS, 1994, p. 11).

Com a introdução das máquinas nas indústrias, foi necessária uma maior qualificação do trabalhador e, em contrapartida, este passa a ser visto como aquele que opera a máquina, extensão da máquina. O custo desse novo trabalhador diminui, dando-lhe apenas um salário necessário para perpetuar sua existência. A burguesia não estava atenta para o detalhe de que, à medida que aumentava o seu poderio, aumentavam-se, também, as condições objetivas e subjetivas para a organização e luta da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e de sobrevivência.

Os operários modernos, percebendo que eram tratados como mercadoria ou como artigo de comércio, tomaram consciência do que significava, na prática, viver sobre constante vigilância nas indústrias, fosse esta realizada pelos gerentes ou pelos chefes. Além de serem escravos da classe burguesa e do Estado burguês, eram também escravos das máquinas. À medida que a indústria se modernizava com a aquisição de maior quantidade de máquinas, abriam-se brechas para que houvesse, também, nesse espaço a exploração de mulheres e crianças, visto que pouca era a força e a qualificação exigida para o manuseio das máquinas, aprimoradas pela tecnologia.

Assim, o **Manifesto** sugere que, com o crescimento da exploração da classe trabalhadora pela burguesia, cresce também a motivação para os proletários se organizarem e lutarem por seus direitos. Inicialmente essa organização se dava no próprio espaço da fábrica, depois dentro de um mesmo ramo industrial, para em seguida atingir maiores proporções.

Toda esta mobilização dos proletários foi gerida concomitantemente ao desenvolvimento da burguesia. Logo, as reivindicações dos trabalhadores se evidenciam como uma luta de classes. Assim, poderíamos afirmar que o avanço da ciência contribuiu para o crescimento da

burguesia da mesma forma que contribuiu para a união dos trabalhadores, que se utilizaram dos meios de comunicação e dos meios de transporte para transformarem sua luta local em uma luta de nível nacional. Por isso, a afirmação de Marx ao dizer “que a burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria” (MARX; ENGELS, 1994, p. 25), ou seja, a burguesia acaba dando numerosos elementos de educação para o proletariado, ou ainda, a própria relação de poder é em si uma relação pedagógica.

A constituição do proletariado em classe é bem diferente da luta burguesa, que visa a acumulação de capital por parte de uma classe mediante a apropriação do trabalho excedente de outra classe. O movimento proletário é divergente da luta burguesa, justamente por buscar, na realidade, os interesses coletivos de uma determinada classe explorada.

Segundo Marx e Engels (1994, p. 43), é pela derrubada violenta da ordem burguesa e de suas instituições que o proletariado assume o poder. Coutinho (1999) analisando a obra de Marx e buscando sistematizar sua teoria política afirma que é através da “revolução permanente” que os trabalhadores assumiriam a direção do Estado, ou seja a tomada radical do poder, que se daria através da força.

Poderíamos apreender do **Manifesto** a natureza conflituosa da ordem social fundada pela burguesia. Trata-se da incessante comoção de todas as condições sociais, uma inquietude e um movimento constante que distinguem a época burguesa de todas as épocas anteriores. Entretanto, o que para nós, aqui, é de maior relevância volta-se à constatação de que a revolução da maquinaria e das relações de produção são a condição fundamental para o desenvolvimento do capital. E com esse processo de revolução constante, revolucionam-se, também, todas as relações sociais. Embora no

Manifesto Marx e Engels estivessem mais atentos ao processo revolucionário desencadeado pela burguesia no século XIX, eles acabam evidenciando uma das premissas do desenvolvimento do capital: o desenvolvimento do industrialismo e da democracia (MARX; ENGELS, 1994, p. 55).

Inclusive, nesse processo de revolução constante, o **Manifesto** já aponta o caráter internacionalista do capital, certamente estabelecendo o princípio fundamental do que hoje alguns chamam de “globalização” ou de “mundialização” do capital, pois, no **Manifesto**, fica claro que o constante processo de aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação são os meios pelos quais a burguesia arrasta todas as nações, desde as mais atrasadas, para a lógica da ordem capitalista, fazendo-os capitular aos preceitos das leis de mercado, ou seja, “forja um mundo a sua imagem e semelhança” (MARX; ENGELS, 1972, p. 57).

Mas, certamente o mérito do **Manifesto** está na sua capacidade de evidenciar para a classe trabalhadora as contradições internas da ordem burguesa. O constante processo revolucionário das forças produtivas e das relações de produção fundam uma condição tal que as forças produtivas nunca são suficientes para o desenvolvimento da ordem social burguesa, constituindo-se sempre em um obstáculo para seu desenvolvimento, de modo que poderíamos afirmar que o desenvolvimento do capital é uma constante superação/condicionamento das forças produtivas, o que precipita uma condição de ordenamento/desordenamento de toda a sociedade burguesa, ameaçando permanentemente a existência da propriedade privada. Como Marx aponta, as relações burguesas resultam demasiado estreitas para conter as riquezas criadas em seu seio (MARX; ENGELS, 1972, p. 59).

A partir dessa tese do **Manifesto**, poderíamos compreender a ordem capitalista como um processo de produção e reprodução da sociedade, onde a própria reprodução pressupõe, paradoxalmente, um processo de conservação e de ruptura, articulados dialeticamente; um processo no qual, à medida que o sistema muda, alimenta e conserva sua estruturação. Para compreendermos a dinâmica desse processo, no entanto, é necessário reconhecer que o sistema de produção e reprodução do capital é um processo histórico e, como tal, é um processo em transformação, com rupturas ou crises. A ruptura na ordem de continuidade do sistema capitalista se produz no contexto dos conflitos de classe (interclasse e intraclasse), ou seja, a ruptura na ordem de continuidade do sistema de produção e reprodução do capital se produz no contexto das crises de um determinado patamar de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, expressos numa determinada configuração do conflito de classe (SOUZA, 1998a, p. 52).

CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI

Passaremos aqui a analisar a contribuição de Gramsci para a compreensão desse processo, já que o conceito de hegemonia de Gramsci é de fundamental importância para trazeremos à atualidade as lições do **Manifesto Comunista** de Marx e Engels.

A história nos aponta que, desde os tempos mais remotos, o conceito de hegemonia era utilizado como forma de expressar domínio do mais forte em relação ao mais fraco. De origem grega, etimologicamente significa guiar, conduzir, mandar, governar, ser chefe. Com o passar do tempo, este termo foi tomando diferentes formas de uso, considerando-se o momento histórico em que o mesmo estava sendo utilizado e, mesmo

valendo-se de palavras sinônimas, relacionava-se sempre ao sentido original presente na cultura grega (JESUS, 1989, p. 32).

Com base nos estudos realizados por Jesus (1989), podemos considerar, didaticamente, quatro períodos em que se constituiu de forma bastante significativa o sentido da palavra hegemonia, a saber: o período que abrange os séculos V e VI a.C., período em que o sentido do termo se voltava ao chefe ou ao comandante do exército, representando, desta forma, a hegemonia no mundo grego, que poderia ser exercida em tempo de guerra ou de paz; o período da Idade Média, quando o conceito de hegemonia se amplia em relação ao primeiro período, uma vez que não se relacionava apenas ao poderio militar, mas a outros campos, destacando-se, principalmente, o político e o religioso, os quais mantiveram sempre a mesma supremacia político-militar presente no período anterior, pois, nesta época, era a Igreja o principal poder hegemônico. O autor caracteriza como terceiro período o referente aos Tempos Modernos onde o termo hegemonia é utilizado principalmente para se referir ao poder exercido de uma classe sobre a outra, considerando, não apenas os fatores político-militares, mas outros de fundamental importância, como o econômico, cultural e religioso. Da Contemporaneidade até nossos dias, é o que o autor considera como último período, destacando como principal característica da hegemonia o sentido político-militar da mesma forma que foi utilizado na Grécia, evidenciando-se como preponderante desse período o sentido militar.

Podemos apreender, então, que desde sua origem, o termo hegemonia, mesmo utilizando-se de palavras sinônimas para atender às necessidades de cada época histórica, vem traduzindo o sentido de poder-direção ou dominação-consenso. Mas, o que tudo isso tem a ver com constituição do proletariado em classe?

Vejamos como Gramsci utilizou o termo e, de que forma isto contribuiu para o enriquecimento da teoria marxista, indo além de Marx e Engels.

Ao iniciar suas reflexões a respeito da luta do proletariado, Gramsci desenvolve conceitos equivalentes ao de hegemonia e no discorrer de suas obras vai se tornando cada vez mais necessária a consolidação de uma perspectiva de luta que visa à transformação da sociedade capitalista em uma sociedade socialista. Para Gramsci, o socialismo era a única forma em que todos os cidadãos teriam oportunidade de fazer valer seus interesses coletivos e não apenas os seus interesses pessoais. De tal modo, esta nova ordem social se daria através da elevação da cultura e do saber, em todos os níveis sociais, ou seja, a constituição do proletariado em classe estaria condicionada à superação do senso comum (GRAMSCI, 1989a).

Portanto, tal elevação se daria somente a partir do momento em que a classe subalterna – isto é, os proletários – tomasse consciência de sua própria condição de classe e passasse, a partir daí, a lutar organicamente por seus direitos. Assim, Gramsci inaugura uma nova forma de entender hegemonia dentro do próprio movimento marxista; entendimento este que se voltava diretamente para a capacidade de pensar e refletir a respeito de sua própria realidade. Isso elevaria o proletariado, dando-lhes uma capacidade crítica que os tornaria, não apenas objeto de uma história escrita por outros agentes, mas sujeitos críticos com capacidade de escreverem e direcionarem sua própria história. Pode-se afirmar, diante disso, que as reflexões gramscianas a respeito da hegemonia implicam em uma necessidade da classe proletária se tornar dominante e dirigente.

Gramsci acreditava que os proletários deveriam superar o senso comum e a religião, ou seja, deveriam buscar o bom senso, que vai além do senso comum. Não deveriam os proletários tomar como referência somente as filosofias

anteriores à filosofia da práxis. Como exemplo, podemos citar os movimentos heréticos da Idade Média, que surgiam como forma de politicagem da Igreja, tendo sua base na filosofia escolástica, que buscava justificar os conflitos existentes no interior da própria Igreja. A este respeito Gramsci afirma

Por isso, a filosofia de uma época não pode ser nenhum sistema individual ou de tendência: ela é o conjunto de todas as filosofias individuais e de tendência, mais as opiniões científicas, mais a religião, mais o senso comum. Pode se formar artificialmente um sistema de gênero, através da obra de grupos e de indivíduos? A atividade crítica é a única possível, notadamente no sentido de colocar e resolver criticamente os problemas que se apresentam como expressões do desenvolvimento histórico. Mas o primeiro destes problemas, que deve ser colocado e compreendido, é o seguinte: a nova filosofia não pode coincidir com nenhum sistema do passado, não importa qual seja o seu nome. Identidade de termos não significa identidade de conceitos (GRAMSCI, 1989, p. 180).

Os marxistas vêm tentando através de sua teoria romper com esta forma simplista de pensar a sociedade. Mas, é Gramsci o primeiro a considerar o saber popular, buscando, a partir deste, uma forma de superação do pensamento alicerçado somente no observável para uma forma mais elaborada, com bases filosóficas. Para que os homens comuns tivessem condições de se tornarem dominantes e dirigentes era necessário, segundo Gramsci

Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje exis-

tente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário (GRAMSCI, 1989a, p. 12).

Podemos verificar que Gramsci se referia à superação do “homem massa” que vive de forma acrítica e que, por isso, deixa-se levar por formas de compreensão do mundo que não condizem com sua realidade, mas com a de outrem. Portanto, a compreensão crítica deste mundo, segundo Gramsci, equivale à compreensão de sua própria condição de subalterno, tornando-se capaz de lutar em prol dos seus interesses e organizar-se, a fim de promover um mundo mais justo, onde as oportunidades sejam iguais para todos. Nesse sentido, Gramsci afirma que

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica [isto é, a consciência política] é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (GRAMSCI, 1989, p. 21).

O que na verdade diferencia Gramsci de outros autores marxistas é sua capacidade de pensar a hegemonia como a forma de a classe trabalhadora se organizar, conquistando também a supremacia, o domínio, a direção e o consenso. Se a classe que detém o poder tem se constituído e se mantido no decorrer da história através da

consolidação de uma ideologia hegemônica, não se deve deixar de considerar que a classe que almeja o poder, no caso os proletários, necessita, também, criar sua contra hegemonia, que é uma condição imprescindível para uma luta consciente e firme, capaz de se contrapor à hegemonia dominante. Uma vez assumido o poder, a classe trabalhadora poderá criar sua própria ditadura.

É interessante notar que esta forma de tomada do poder, para Gramsci, não se daria enquanto a classe trabalhadora estivesse lutando de forma fragmentária, mas sim a partir do momento em que, unidos, buscassem se organizar culturalmente. Essa organização se daria no momento em que o povo, unido, buscasse constituir um bloco intelectual moral, o que é determinado pela filosofia da práxis. Para isso há de se considerar a urgência da classe proletária produzir seus próprios intelectuais, da mesma forma que a classe dominante os possui. A este respeito descreve Gramsci

Parece-me justo que também este problema deva ser colocado historicamente, isto é, como um aspecto da questão política dos intelectuais. Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se [em sentido lato]; e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica (GRAMSCI, 1989, p. 21).

Tal processo não deve ser visto como algo fácil, mas com muitas contradições. É um processo que exige dos intelectuais e da massa muita disciplina, persistência e credibilidade de ambas as partes, o que deve levar a uma confiança e credibilidade mútua. Intelectuais e massa devem

estar unidos dialeticamente no desenvolvimento desse processo, buscando superar as dificuldades oriundas desta luta.

É papel dos intelectuais dinamizar e organizar as massas, elevando os simplórios “a níveis superiores de cultura e [ampliando] simultaneamente o seu círculo de influência, através de indivíduos, ou mesmo grupos mais ou menos importantes, no estrato dos intelectuais especializados” (GRAMSCI, 1989a, p. 22). Desta forma, percebe-se que a criação de intelectuais provindos da própria classe é uma possibilidade concreta que deve ser considerada por aqueles que lutam pela tomada do poder, e que almejam a constituição do proletariado em classe e, conseqüentemente, a passagem da sociedade capitalista para a sociedade socialista.

Podemos perceber que esta possibilidade apreçoada por Gramsci só é possível pelo fato da sociedade capitalista estar organizada de tal forma que os membros da classe proletária já podem possuir os elementos necessários à sua própria qualificação e à produção de seus intelectuais, ou seja, este pensamento só é válido, só faz sentido, justamente devido à existência da própria sociedade capitalista. Fora dela, nada disso teria significado.

Observamos que este pensamento de Gramsci tem sua base na teoria de Marx e Engels que via no avanço do capitalismo as condições necessárias para a própria constituição do proletariado em classe. Para Marx e Engels (1994), à medida que o industrialismo vai se desenvolvendo, vai exigindo também, maior organização do trabalhador, com isso, os mesmos se valem desta oportunidade para se organizarem em classe e, assim, buscarem cada vez mais a concretização de seus interesses.

Podemos identificar que, na base do pensamento gramsciano, a formação dos intelectuais se volta diretamente ao pensamento de Marx e Engels, no que diz respeito à trans-

formação do proletariado em classe, aproveitando as oportunidades oferecidas pela própria classe burguesa à classe proletária. À medida que a produção capitalista aumenta, buscando atender à exigência do mercado consumidor, aumenta também a necessidade de introdução de máquinas cada vez mais potentes para garantir a produção. A industrialização moderna exige então, o surgimento de um novo trabalhador, com uma nova mentalidade. Tomando consciência de sua própria classe, como sugere Marx e Engels, o proletariado terá condições de se organizar e, assim, lutar por seus interesses e construir a hegemonia de sua própria classe, como sugere Gramsci.

É justamente neste aspecto que Gramsci apresenta uma contribuição significativa ao materialismo histórico, pois propõe que a tomada do poder não deveria ser fruto apenas do exercício da força, como sugeriu Marx e Engels, mas sim fruto da construção de uma hegemonia da classe trabalhadora, pois considera que não basta a tomada do poder pelos proletários, se os mesmos não tiverem como se manter no poder. A supremacia de um grupo social se manifesta com o domínio e a direção moral e intelectual e não apenas com a força. Para ser classe dominante é imprescindível ser antes classe dirigente, o que mostra que já se tem o consenso da maioria dos trabalhadores. Isto não impede, porém, que a classe trabalhadora seja dirigente, mesmo antes de assumir o poder e é nisto que consiste a relação dialética dos elementos “direção” e “dominação” em uma relação hegemônica. Segundo Jesus,

[...] não existe para Gramsci uma hegemonia em si, uma categoria abstrata, indiferente à realidade histórica, ou, então, uma hegemonia que é ora dominação, ora direção, como elementos separados e independentes. Isto é tão verdade que não se pode entender o conceito eliminando um dos elementos, pois

ambos significam aspectos diversos de uma mesma realidade. Uma compreensão dialética da totalidade do conceito exige a relação entre suas partes e o todo e das partes entre si. Somente as circunstâncias históricas, ou seja a historicização dos fenômenos, é que possibilitarão o destaque de um ou de outro elemento, também representados por seus equivalentes, como “consenso” e “persuasão” para o primeiro, e “ditadura” e “coerção” para o segundo (JESUS, 1989, p. 39).

Esta hegemonia não será construída sem que o proletariado tenha acesso a uma educação de qualidade, uma escola onde estes possam formar intelectuais orgânicos de sua própria classe e organizar sua própria cultura, fazendo com que a classe proletária deixe de pensar corporativamente levando-a a uma motivação de luta pela superação dos interesses imediatos, visando o interesse de todos. Só assim, será possível a consolidação de uma classe nacional.

Para Gramsci, a “revolução permanente” sugerida por Marx já não mais cabia em uma sociedade com seus pilares firmados na idéia de sociedade democrática, como no caso das sociedades modernas. Assim, ele afirma

A fórmula [da revolução permanente] é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos: maior atraso no campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou numa só [...]; aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal; determinado sistema de forças militares e do armamento nacional; maior autonomia das economias nacionais no quadro das relações econômicas do mercado mundial, etc. (GRAMSCI, 1989, p. 92).

Esta estratégia proposta por Marx funcionaria no que dizia respeito aos países e às colônias atrasados e não especificamente aos Estados modernos, onde a organização interna e externa muito se complexificam. Para este novo tipo de sociedade, cabe sim, a perspectiva referente ao conceito de “hegemonia civil”, embora polêmico.

É com este conceito de hegemonia que Gramsci avança em relação a Marx. A conquista dessa hegemonia, contudo, só seria possível através da “guerra de posição”, entendida por Gramsci como ligada diretamente à construção da hegemonia da sociedade civil por parte do proletariado. Gramsci percebe as transformações históricas ocorridas no seio da sociedade capitalista, o que o leva a uma renovação e reelaboração da teoria marxista, a fim de dar conta desta complexidade. Complexidade esta, inclusive, sugerida pelo próprio Marx no **Manifesto**.

Gramsci (1991), já preconizava que a tomada do poder pelo trabalhador só se daria com base em uma sólida formação que garantiria a formação da hegemonia dos trabalhadores, por isso propôs:

A escola unitária ou de formação humanista [entendido este termo, “humanismo”, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional] ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (GRAMSCI, 1991, p. 120).

Esta é a escola onde não cabe a fragmentação entre os conteúdos oferecidos, mas uma organicidade que leve os alunos a estabelecerem relação com a prática, buscando exercitar o hábito do questionamento e construção de novos conhecimentos. É uma escola onde se deve explorar toda a inovação da ciência e tecnologia, a fim de se apropriarem de todo o conhecimento mais elevado da cultura que já tenha sido produzido. Dessa forma, estaria sendo colocado em xeque todo o conhecimento dogmático valorizado tradicionalmente. A disciplina é uma forma de conquistar a autonomia intelectual e moral.

O valor da teoria educativa de Gramsci consiste, no entanto, em analisar e criticar as formas pedagógicas de sua época, principalmente a que se refere à Reforma Educacional Gentile.² É percebido em sua análise a crítica à educação vocacional, rejeitando, dessa forma, a versão positivista da educação. Sua pedagogia radical liga-se à história, à dialética e à crítica. É através da educação que a classe proletária criticaria a cultura dominante antes de poder transformá-la e, conseqüentemente, chegar à tomada do poder. Com isso, o proletariado teria condições plenas de formar sua consciência revolucionária através de uma educação que não seria injetada na classe trabalhadora de fora para dentro, mas sim mobilizada de dentro para fora, a partir da participação dos intelectuais orgânicos desta classe.

Enquanto o senso comum sugeria uma visão mística da realidade por parte dos proletários, Gramsci via na educação o terreno propício onde os homens tomariam consciência

² Na verdade, o que Gramsci estava criticando era a Reforma Educacional feita por Gentile em 1923, de cunho meramente conservador, durante o fascismo italiano que perdurou de 1922 a 1943. Reforma esta que consistia em um programa escolar e educativo que “fixava um sistema escolar rígido e internamente diferenciado, que separava as escolas secundárias humanistas [para as classes dirigentes] das técnicas [para as classes subalternas], que indicava como cultura formativa só a literário-histórico-filosófica, que permitia acesso à universidade só pelos liceus, que introduzia o ensino religioso na escola elementar [para dar ao povo uma “concepção do mundo”] e que era controlada na sua eficiência através do exame de Estado que concluía todos os ciclos secundários. A escola saiu dessa reforma profundamente renovada nas estruturas e nos conteúdos, mas foi logo atacada dentro e fora do fascismo, pela sua seletividade e pelo bloqueio que produzia na ascensão social dos grupos inferiores” (CAMBI, 1999, p. 578).

de si mesmos, porém via nesta forma simplista de ver o mundo uma prática incapaz de “romper” com o mundo dado e transformá-lo.

A noção de Gramsci de que no senso comum existe elementos de uma visão mais racional do mundo reforça a posição de que a tarefa do intelectual é promover lutas contra-hegemônicas, tomando como ponto de partida o conhecimento popular, considerado a base de qualquer relacionamento pedagógico. Somente com este tipo de pedagogia, as pessoas estariam compreendendo as contradições da sociedade capitalista e, desta forma, poderiam transformar este conhecimento em resistência, a fim de formar uma nova consciência política.

É portanto, imprescindível para a compreensão da possibilidade de tomada do poder pela classe proletária identificar a relação existente entre hegemonia, intelectuais e guerra de posição. Não estabelecer esta relação significa sustentar uma visão simplista e fragmentada da posição de Gramsci a respeito das possibilidades da emancipação da classe trabalhadora.

O INDUSTRIALISMO, A DEMOCRACIA E A POSSIBILIDADE DA CONSTITUIÇÃO DO PROLETARIADO EM CLASSE

É com base no pensamento de Marx e Gramsci que afirmam que a burguesia deu ao proletariado elementos necessários à sua educação a partir da própria exigência de formação e qualificação para o trabalho na indústria moderna; que Neves (1994) formula sua tese a respeito do “binômio industrialismo/democracia”, onde aponta as muitas contradições existentes na sociedade capitalista. Esta autora parte do princípio elaborado por Gramsci, onde industrialismo é entendido como um “estágio civilizatório superior” em que não há divisão entre trabalho e ciência e nem entre ciência e vida, considerando que para esta nova sociedade

industrializada é necessária a formação também de um novo tipo de homem.

Democracia seria, então, o crescimento da participação popular na tomada de decisão, o que provoca, segundo Gramsci, a possibilidade de uma maior luta de classes no interior do aparelho do Estado. A autora salienta que neste novo conceito – industrialismo/democracia – os dois termos estão imbricados, e que um só existe em função do outro. Segundo a autora, é a junção dos dois termos, *industrialismo/democracia* que possibilita a sociedade contemporânea a exigir melhores condições de vida e conseqüentemente, o crescimento do sistema educacional, que complementarmente a formação dos novos dirigentes da classe proletária. Considerando que esta tese foi elaborada a partir do materialismo histórico-dialético e fundamentada pela teoria de Gramsci, podemos acrescentar que não apenas o espaço escolar é considerado o lugar privilegiado para a formação do proletariado, mas sim, todos os outros espaços da sociedade onde se verifica qualquer expressão cultural.

A educação, com base nos interesses da classe dominante, busca formar, antes de tudo, quadros para a efetiva manutenção do poder. No momento em que a sociedade capitalista busca novas formas educacionais para a formação de seus intelectuais e seus dirigentes, concomitantemente oferece, também, aos trabalhadores a oportunidade de educação necessária a sua organização. Desta forma, compreendemos que a escola gerida na sociedade de classes, com todas as suas contradições, dá oportunidade aos trabalhadores de se qualificarem. A este respeito salienta Neves

A escola forma os intelectuais orgânicos da burguesia e forma também, ao mesmo tempo, os intelectuais orgânicos do proletariado. A mesma escola que prepara os técnicos especialistas em funções de controle industrial [gerentes,

supervisores, projetistas], as novas gerações de militantes partidários e sindicalistas das várias frações da classe dominante e seus aliados, prepara, também, os técnicos especializados em tarefas de execução, tanto na indústria quanto na burguesia estatal e no setor terciário da economia, ou seja, militantes partidários e sindicalistas da classe dominada e seus aliados (NEVES, 1994, p. 24).

Quanto à educação, cabe ressaltar, no entanto, que existe diferença no que diz respeito ao “binômio industrialismo/democracia”. A escola, nesta sociedade, está organizada segundo os padrões da classe dominante que busca formar seus intelectuais, mas, mesmo assim, dá oportunidade também de nela se formar o intelectual da classe proletária. Isso, porém, não nos impede de ver que esta educação na sociedade capitalista acaba reservando os graus mais elevados de ensino, como as universidades, para os membros da classe burguesa. Contudo, entendemos que o controle democrático possibilitado à classe trabalhadora pela própria sociedade capitalista oferece também a oportunidade do desmonte dos mecanismos de filtragem social, possibilitando à classe trabalhadora os espaços imprescindíveis para a preparação quantitativa e qualitativa de seus dirigentes (NEVES, 1994, p. 26). Assim, o “binômio industrialismo/democracia”, na contemporaneidade, permite que os sistemas educacionais possam ser vistos e entendidos segundo duas óticas, a do capital e a do trabalho. A este respeito, Neves afirma o seguinte:

Na ótica do capital [...] se traduz na necessidade de sua reprodução ampliada e na manutenção das relações sociais de produção. Assim, o capital requer da escola a formação de técnicos e de dirigentes voltados para a produção por ela controlada [...]. Do ponto de vista do trabalho, industrialismo e democracia

significam a possibilidade técnica e política de transformar as relações de produção vigentes, na perspectiva de que o domínio do conhecimento das leis da natureza e da dinâmica da sociedade, ao mesmo tempo que resgata para o trabalhador a condição de sujeito do processo social, proporciona-lhe os instrumentos necessários para o desenvolvimento coletivo de suas lutas contra a apropriação privada da riqueza e do saber (NEVES, 1994, p. 24-26).

Se vivemos em uma sociedade dividida em classes, é evidente que a educação oferecida aos cidadãos, sejam eles pertencentes a uma classe ou outra, é a educação com base nos padrões estabelecidos pela classe dominante, ou seja, uma educação voltada para a produção e para o mercado que, mesmo tendo a base científica e tecnológica provenientes do avanço científico, está longe de corresponder à educação almejada pela classe proletária, já que estes buscam se apropriar, não só do conhecimento acumulado ao longo da história, mas de forma fecunda, relacionando teoria e prática no seu cotidiano, visando sua emancipação. Evidencia-se desta maneira, dois projetos de educação em disputa na sociedade buscando alcançar sua hegemonia frente ao Estado.

Se Marx e Engels afirmavam que a sociedade capitalista dava condições ao proletariado para se constituírem enquanto classe, bastando para isso que este se organizasse e buscasse assumir o poder através da força, se Gramsci preconizava que a constituição do proletariado em classe se daria a partir da construção de uma hegemonia pertencente à própria classe, Neves (1994), por sua vez, nos oferece os elementos teóricos que nos permitem compreender que as condições para a constituição da classe proletária já está dada na sociedade contemporânea, partindo dos princípios de Marx, Engels e Gramsci, acrescentando que a classe

proletária precisa, como nunca, projetar seus objetivos e, conquistando o apoio da sociedade civil, organizar projetos que definam suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma releitura do **Manifesto** de Marx e Engels, foi possível compreender que o desenvolvimento da ordem burguesa pressupõe o desenvolvimento da classe trabalhadora. Justamente por esta razão, a burguesia aciona seus mecanismos de mediação do conflito de classe para manter sua hegemonia. Em razão disto, a tomada de consciência por parte da classe trabalhadora está relacionada diretamente com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, é no contexto do desenvolvimento do capital que se dão as condições objetivas e subjetivas para constituição do proletariado em classe. Paradoxalmente, na medida em que a ordem social

de produção burguesa se desenvolve, abrem-se novas possibilidades para a classe trabalhadora, bem como novos limites para a classe dominante.

Portanto, para uma melhor compreensão da luta que se trava no seio da sociedade entre burguesia e classe trabalhadora, é necessário evidenciar os mecanismos instituídos na ordem social para garantir o consentimento ativo das camadas subalternas em torno do projeto de sociedade dominante. O conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci constitui-se em uma contribuição essencial nesse sentido, na medida em que esclarece a dinâmica da mediação do conflito de classe. A compreensão desta dinâmica é fundamental para os trabalhadores resgatarem as possibilidades existentes, tomar consciência da sua condição de explorado, para tornar-se dominante e dirigente. Isto seria possível através da sua formação que permitiria a passagem do senso comum para o bom senso, ou seja, sua constituição enquanto classe social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO JÚNIOR, A. A constituição do proletariado em classe, a propósito do Manifesto Comunista de Marx e Engels. **Crítica Marxista**, São Paulo: Xamã, v. 1, 1998, p. 115-125. Tomo 6.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989a.
- _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989b.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- JESUS, A. T. **Educação e hegemonia: no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto del Partido Comunista / critica del Programa de Gotha.** Cidade del México: D.F., 1972.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: CS Editora, 1994.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje.** São Paulo: Cortez, 1994.

SOUZA, J. S. **Concepções e propostas do movimento sindical brasileiro para a educação da classe trabalhadora.** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1998.

_____. Desmistificando a formação humana. **Crítica – Revista de Filosofia**, Londrina, v. 4, n. 15, p. 343-370, abr./jun. 1999.